



CATEDRAL PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO

Programa para NOVOS CONVERTIDOS

CLASSE DE INTEGRAÇÃO

Módulo 3

Origens da Igreja Protestante e Organização Eclesiástica da IPB

Nota Explicativa

Este programa foi cuidadosamente elaborado pela liderança das Equipes das Classes de Integração da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, para a Escola Bíblica Dominical, na década de 1990.

Considerando que tal material tem o seu valor e potencial de abençoar e edificar vidas achei oportuno realizar uma revisão superficial e atualização do formato e ilustrações, sem alterar a essência do texto original, com o propósito de torná-lo disponível para quem desejar utilizá-lo.

Originalmente este programa era composto de quatro módulos, sendo que, nesta revisão, juntamos o módulo 4 com o módulo 3, de modo a termos três módulos.

Presb. Paulo Raposo Correia

Edição Revisada JUL/2022

Sumário

INTRODUÇÃO	4
1. A REFORMA DO SÉCULO XVI	4
1.1 Contextualização Histórica	4
1.1.1 A Contribuição dos Hebreus	4
1.1.2 A Vida Curta do Estado Hebreu e sua Religião Original	5
1.1.3 Formação e Propagação do Cristianismo	5
1.1.4 O Cristianismo Triunfa no Império Romano	6
1.1.5 A Divisão do Império Romano	7
1.1.6 A Importância da Organização Cristã	7
1.1.7 O Paganismo no Culto Cristão	7
1.1.8 Reação da Igreja Contra o Paganismo	8
1.1.9 Situação da Igreja no Séc. VIII	8
1.1.10 Reavivamento da Igreja	9
1.1.11 Renascimento Cristão	9
1.1.12 Situação da Igreja às vésperas da Reforma	9
1.1.13 Causas da Reforma	10
1.2 Precusores da Reforma	11
1.3 A Reforma na Alemanha – Martinho Lutero	12
1.4 A Reforma na Suíça – ZWUINGLIO	14
1.5 A Reforma na França – JOÃO CALVINO	15
1.5.1 Expansão do Calvinismo	16
1.6 A Reforma na Inglaterra – O ANGLICANISMO	16
1.7 Conclusão	17
2. A CONTRA REFORMA OU REFORMA CATÓLICA	17
3. ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL	18
3.1 O que é a igreja?	19
3.2 O Presbiterianismo no Brasil	19
3.3 A Igreja Presbiteriana do Brasil	19
3.4 A Igreja Local	20
3.5 Os Concílios	21
3.6 Conclusão	22
BIBLIOGRAFIA	22

AS ORIGENS DA IGREJA PROTESTANTE

ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA DA IPB

INTRODUÇÃO

O objetivo deste Módulo 3 é dar ao aluno condições de conhecer AS ORIGENS DA IGREJA PROTESTANTE e a ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL.

1. A REFORMA DO SÉCULO XVI

1.1 Contextualização Histórica

1.1.1 A Contribuição dos Hebreus

A influência dos hebreus, como a de quase todas as nações do oriente, foi principalmente religiosa e ética. O Antigo Testamento serviu como fonte de inspiração para grande parte da literatura e da arte do Renascimento e das civilizações modernas recentes. Deve-se isso principalmente ao fato de a Bíblia já se constituir como parte da herança religiosa, assunto de conhecimento comum.

A mesma explicação pode ser aplicada ao uso do Antigo Testamento como fonte de direito e de teoria política pelos calvinistas do século XVI e por muitos outros cristãos, tanto depois como antes desse tempo.

Todos os ramos do judaísmo, com exceção dos saduceus, exerceram forte influência sobre o desenvolvimento do cristianismo.

Jesus, embora condenasse o legalismo e a hipocrisia dos fariseus, não repudiava todos os princípios da seita. Como eles, reverenciava os profetas, acreditava nas recompensas e castigos depois da morte e considerava os judeus como povo eleito de Deus. Não aboliu a lei, exigiu seu cumprimento, mas insistia em que isso não se devia tornar parte predominante da religião.

Também foi considerável a influência política dos hebreus. Como exemplo podemos citar as modernas democracias.

O judaísmo e o cristianismo contribuíram para promover o reconhecimento dos direitos do homem e o desenvolvimento da sociedade livre.

1.1.2 A Vida Curta do Estado Hebreu e sua Religião Original

Os hebreus eram organizados por clãs patriarcais. Quando se instalaram na Palestina, tiveram que lutar contra vários povos. Essas lutas eram comandadas pelos juízes (chefes militares).

A luta contra os filisteus contribuiu para a união das doze tribos em um único Estado, dirigido por uma autoridade – o rei. Após a morte do rei Salomão, os hebreus foram divididos em dois reinos. As agitações sociais continuaram e foi nesta época que apareceram os profetas, cuja missão era alertar o povo a respeito do afastamento de Deus.

Ao longo dos anos, o povo de Israel foi conquistado “por vários povos”. Apesar dos esforços, não conseguiram a autonomia política da Palestina, que permaneceu como província de grandes impérios.

Durante a dominação romana na Palestina, o nacionalismo dos hebreus fortaleceu-se, levando o povo a organizar revoltas contra Roma.

No reinado do Imperador Augusto, nasceu, na província romana de Belém, na Galileia, Jesus de Nazaré, o fundador do cristianismo. Ao completar 30 anos de idade, Jesus percorreu a Palestina pregando ao povo a nova doutrina. Oferecia-se a todos os homens de boa vontade, os quais chamava para a salvação. Os sacerdotes o consideraram um dissidente e o enquadraram na lei religiosa, tendo sido condenado à morte. A lei foi aplicada com todo o rigor e Jesus morreu na cruz.

O seu martírio, depois de uma vida voltada para a paz e para o amor, lhe assegurava o triunfo. As ideias de Jesus frutificaram. Os sacerdotes passaram a perseguir os cristãos de Jerusalém, que foram dispersos e divulgaram as novas ideias por todo o império.

1.1.3 Formação e Propagação do Cristianismo

Aproximadamente no ano 40 DC, após a morte de Jesus, apareceram em Roma os primeiros cristãos. Paulo foi quem deu o caráter universal à nova Fé.

Por volta do ano 70 DC, os Evangelhos de Mateus e Marcos estavam escritos em grego. Trinta anos depois, publicou-se o Evangelho segundo João. A doutrina da Trindade principiava a tomar forma. Todo carregado de amor, o Cristianismo devolvia a esperança ao povo, depois de um século de lutas, trazendo respostas às consciências angustiadas pela crise moral e social. Também conseguiu derrubar o mitraísmo de sua posição de mais popular dos cultos romanos.

Durante algum tempo o governo romano não se mostrou hostil em relação ao cristianismo, embora Nero tenha mandado matar alguns cristãos, pois precisava de um bode expiatório para o seu desastroso incêndio (64 DC), e distraiu a opinião pública dos graves problemas pelos quais o império passava.

Não houve qualquer perseguição sistemática até o governo de Décio, aproximadamente duzentos anos depois. Mesmo nessa época, as perseguições foram inspiradas mais por considerações políticas e sociais do que por motivos religiosos.

O cristianismo era diferente das outras religiões. Os crentes prestavam obediência ao seu Salvador. E, para os romanos, o Estado era a suprema força e a religião era o patriotismo. Os deuses reconhecidos pelo Estado eram cultuados com o objetivo de beneficiarem o governo e a nação.

Além disso, seus ideais de humildade e de não resistência, suas pregações contra os ricos e o costume de celebrar reuniões que pareciam secretas, fizeram com que os romanos suspeitassem dos cristãos como inimigos da ordem estabelecida.

Apesar dos anos de perseguição, o cristianismo conseguiu sobreviver.

Após a morte de Caracala, os cristãos gozaram de relativa liberdade. Organizou-se uma sólida estrutura com o estabelecimento de regras de ordenação do sacerdócio. O povo voltava-se para a Igreja que, por sua vez, simbolizava a liberdade de consciência.

O clero organizou-se com o surgimento dos bispos e presbíteros. O império foi dividido em dioceses ou províncias eclesiásticas. Os patriarcas dominavam a partir do controle das províncias subordinadas aos grandes centros, como Roma, Constantinopla, Alexandria etc. O bispado de Roma sobrepunha-se aos demais, alegando-se que o bispo de Roma era o herdeiro de Pedro, que recebera de Jesus a incumbência da propagação da fé.

O clero secular convivia com o povo. Padres, bispos e papas não levavam uma vida muito espiritual, pois possuíam bens, exerciam cargos importantes e se casavam. O clero regular recolheu-se aos conventos, isolados do mundo, dedicando-se apenas ao exercício espiritual. A igreja afirmava-se como poder autônomo. Os concílios de Nicéia (325 DC) e o de Constantinopla (330 DC) reconheceram a primazia do Bispo de Roma.

1.1.4 O Cristianismo Triunfa no Império Romano

A adoção do Cristianismo não modificou a concepção divina do poder. A igreja e o Estado, aos poucos, se interligaram. Ao lado da administração civil desenvolveu-se a administração religiosa.

No ano 313 DC, o Imperador Constantino procurou utilizar o cristianismo como um instrumento político na consolidação de seu poder. Assim, através do Edito de Milão, liberou o culto cristão, que sabia ter grande aceitação entre os soldados do exército romano.

Em 391 DC, o Imperador Teodósio proibiu os cultos pagãos, tornando o cristianismo a religião oficial do Império Romano. Paralelamente a esse processo de oficialização do cristianismo, desenvolveu-se a igreja católica (significa universal), cuja organização adotou a estrutura administrativa do Império Romano. Ex.: Os sacerdotes eram agrupados em colégios religiosos dos quais se destacam os pontífices (encarregados de estabelecer os ritos). O chefe geral da religião romana era o Sumo Pontífice (*Pontifex Maximus*), denominação incorporada pelo catolicismo para designar a autoridade do Papa.

O desenvolvimento da ideia de uma moral mais alta deu lugar à crença de que o clero devia ser celibatário. Isto veio a se constituir lei na igreja ocidental do século IV.

1.1.5 A Divisão do Império Romano

Devido ao declínio do Império Romano, em 395 DC, ele foi dividido em: Império Romano do Ocidente, com a capital em Roma, e Império Romano do Oriente, com a capital em Constantinopla.

Os bárbaros conquistaram o Império Romano do Ocidente. Em 476 DC, o imperador Rômulo Augusto foi destronado.

Depois da queda do Ocidente, os monarcas de Constantinopla pretendiam ser os únicos governantes do Império Romano.

1.1.6 A Importância da Organização Cristã

Na medida que o Império Romano do Ocidente decaía, a Igreja assumiu muitas de suas funções e ajudou a manter a ordem no meio do caos que se generalizava. O fato de nem tudo se haver perdido foi devido à influência estabilizadora da igreja que era a única instituição organizada. Ajudou a civilizar os bárbaros, a estimular os ideais de justiça social e a preservar e a transmitir a cultura antiga (romana e grega).

1.1.7 O Paganismo no Culto Cristão

Ao longo dos séculos a Igreja viveu no meio desse paganismo (até o ano 400 DC aproximadamente). Muitos pagãos entraram na igreja sem conversão. O culto dos santos é um exemplo dessa tendência. Era natural que se tributasse veneração aos mártires e a outros homens e mulheres famosos por sua santidade. Para essa gente que estava acostumada aos deuses das suas cidades e aos seus lugares sagrados, e que

não estavam bastante cristianizados, a veneração aos santos transformou-se rapidamente em adoração. Os santos passaram a ser considerados como pequenas divindades cuja intercessão era valiosa diante de Deus. Surgiram as peregrinações. Começaram a venerar relíquias, partes dos corpos e objetos que pertenceram aos santos e a atribuir poderes miraculosos a esses objetos.

A ideia do culto aos santos foi mais acentuada no caso da Virgem Maria.

1.1.8 Reação da Igreja Contra o Paganismo

No início da Idade Média, a luta do cristianismo contra o paganismo bárbaro teve de ser sustentada dentro e fora da igreja.

Os governos dos reinos instalados na Europa eram de homens tiranos, indisciplinados, violentos e perversos. Não tinha dado tempo da igreja exercer sua influência sobre o povo e autoridades bárbaras.

Depois de muitos anos de anarquia, Carlos Magno, rei dos Francos, como cristão, pôs seu poder em benefício do cristianismo. Alguma coisa do que fez neste sentido foi através de várias guerras.

Como chefe da Europa, não podia deixar de se relacionar com o Papa e expulsar os inimigos que ameaçavam Roma. Em retribuição, o Papa Leão III, no dia de Natal do ano 800 DC, coroou-o imperador.

1.1.9 Situação da Igreja no Séc. VIII

No séc. VIII, os sacerdotes franceses eram, em sua maioria, constituídos de escravos foragidos e criminosos. Seus bispados eram como propriedades particulares vendidas a quem desse mais. Vidas luxuosas e a imoralidade era comum.

O alto clero não era melhor. Alguns ocupantes da cadeira papal foram acusados de toda a sorte de crimes.

A conduta do Papa Benedito IX provocou uma revolta em Roma. A partir daí, o papado tentou se restaurar e alcançar maior prestígio e poder do que nunca.

A simplicidade e espiritualidade do cristianismo perdera-se. A igreja passou a promover o medo sobre o povo e uma das principais causas foi a conservação das ideias pagãs a despeito da religião.

1.1.10 Reavivamento da Igreja

O cristianismo parece ter sido aniquilado pela imperfeição humana. No meio da crise, Jesus Cristo, mais uma vez, mostrou seu poder. No séc. XI, apareceu um reavivamento religioso. Os bárbaros estavam civilizados, a Europa estava passando por uma nova fase, o Renascimento Intelectual. Nesse contexto, o cristianismo teve oportunidade de mostrar seu poder.

Foram organizados novos conventos, todos os mosteiros passaram a viver sob as regras de bons exemplos. Foi condenada a Simonia (compra de ofícios eclesiásticos). Foi exigida a obediência ao celibato clerical. O movimento reformista pretendia também aumentar a autoridade do Papa. Vários papas reformadores conseguiram melhorar a situação da igreja.

O Papa Hildebrando combateu a "Investidura Secular" (as autoridades civis indicariam os oficiais da igreja). Para isso, teve que enfrentar vários reis, como Henrique IV.

O papa passou a encarnar o supremo governador do mundo. Nos sécs. XII e XIII, a Igreja dominou a vida humana, em todos os aspectos, na Europa Ocidental.

O poder papal exercia uma autoridade muito além da autoridade civil. Nenhuma organização na história jamais exerceu um domínio, uma escravidão tão completa sobre as coisas, sobre os homens e suas consciências.

1.1.11 Renascimento Cristão

No séc. XV, os chefes do Renascimento cristão eram, em geral, humanistas e não protestantes. Alguns deles nunca desertaram da fé católica, embora reconhecessem a necessidade de uma certa organização eclesiástica, negassem a autoridade absoluta do Papa e não quisessem admitir que os padres fossem os intermediários entre Deus e os homens. O mais célebre dentre eles foi Tomás Kempis.

1.1.12 Situação da Igreja às vésperas da Reforma

O movimento reformista propriamente dito teve início no começo do séc. XVI. Suas razões, contudo, devem ser buscadas na situação da Igreja.

a) A Igreja Católica, através dos bispos e de outros prelados, possuía um dos mais ricos patrimônios da Europa.

b) O Estado pontifício, manipulando a riqueza da Igreja, apresentava-se muito poderoso, capaz de, não só proteger os artistas e patrocinar a construção de grandes e

ricos monumentos artísticos (templos, palácios etc.), como também de armar poderosos exércitos e interferir nas disputas europeias.

c) O papa se apresentava como sucessor de São Pedro, pretendia ser reconhecido como o soberano dos soberanos, como árbitro entre todos os chefes de Estado.

d) A falta de unidade na interpretação da doutrina católica, também foi um dos fatores da Reforma. Tomás de Aquino afirmava a necessidade de acompanhar as boas obras e muitas práticas religiosas para a salvação. Outra corrente, a de Agostinho, defendia que o importante para a salvação era a fé e confiança na misericórdia de Deus. Foi nesta interpretação que os reformadores do séc. XVI se fundamentaram e defenderam uma religião mais simples, sem tantos rituais e formalismos.

e) A Igreja Cristã já havia sofrido diversos cismas (divisões) de 867 a 1504. O mais importante foi o que ocorreu em 1054, quando a igreja bizantina, que correspondia ao Império Romano do Oriente, separou-se da Igreja Romana (antigo Império Romano do Ocidente), formando a Igreja Ortodoxa. Foi adotada pela Rússia, Grécia e Península Balcânica.

1.1.13 Causas da Reforma

a) Aspectos Econômicos

A Igreja Católica era muito rica. A colocação dessas riquezas em circulação iria beneficiar o comércio. Por outro lado, a isenção de impostos sobre os domínios da Igreja sobrecarregava a propriedade leiga.

b) Aspectos Políticos

Desenvolvimento dos Estados Nacionais. Os reis procuravam centralizar o poder combatendo os nobres (senhores feudais) e desejava, ainda, eliminar a autoridade papal sobre eles. Consideravam o Papa como um soberano estrangeiro, portanto, sem direito de se intrometer nos assuntos internos dos demais países.

c) Aspectos Sociais

Os bens da Igreja Católica interessavam aos reis que precisavam de recursos. A nobreza em crise, também, precisava dos bens da Igreja. A burguesia (comerciantes, banqueiros) combatia a teoria do "preço justo" da Igreja, ou seja, pelo valor da matéria-prima utilizada acrescido do valor da mão-de-obra (com isso desaparecia o lucro).

A igreja condenava a usura, ou seja, acumulação de capital com a cobrança de juros (ameaçava a atividade bancária).

A plebe urbana e os camponeses ansiavam por uma libertação de seus tributos, díizimos que tinham que pagar à Igreja.



1.2 Precusores da Reforma

Desde o séc. XV, a igreja católica teve sua unidade ameaçada devido às críticas de alguns teólogos que discordavam de algumas de suas práticas. A maioria era natural dos Países-Baixos ou alemães. Salientaram-se entre eles Mestre Eckhart, Henrique Suso e João Tauler que viveram no séc. XIV. Não pregavam uma rebelião, mas opunham-se ao caminho ritualístico da salvação, pregado pela igreja medieval.

No fim do séc. XIV, um professor de Oxford chamado João Wycliff, lançou contra o sistema católico um ataque que influenciou grandemente Lutero e Calvino. Atacou os impostos cobrados pela Igreja, combateu as indulgências, o culto aos santos e a peregrinação. Suas ideias provocaram um movimento camponês conhecido como Lollardo que procurou tomar à força as propriedades da Igreja Católica na Inglaterra e em Flandres. Denunciou a imoralidade do clero, condenou o celibato clerical e o poder temporal da igreja.

Os ensinamentos de Wycliff foram transportados para a Europa Central por estudantes tchecos de Oxford. Foram ativamente propagados na Boêmia por João Huss, teólogo tcheco. Proclamou a Bíblia como única fonte de fé. Foi queimado como herege (1415) despertando o nacionalismo do seu povo contra o domínio alemão.

1.3 A Reforma na Alemanha – Martinho Lutero

Lutero nasceu em 1483, em Eisleben, Alemanha, onde seu pai, de origem camponesa, trabalhava nas minas. A infância de Lutero não foi feliz. Seus pais eram extremamente severos com ele. Sua vida foi marcada por períodos de depressão e angústia. Isso se deve, em boa parte, à austeridade excessiva exigida na sua infância.

Em junho de 1505, pouco antes de completar 22 anos de idade, Lutero ingressou no Mosteiro Agostinho de Erfurt. Por outro lado, seu pai havia decidido que seu filho se tornaria advogado.

A razão principal que levou Lutero a vestir o hábito religioso foi o seu interesse pela própria salvação. O tema da salvação e da condenação permeava todo o ambiente da época.

Lutero entrou no mosteiro como fiel filho da igreja e com o propósito de utilizar os meios da salvação que a igreja lhe oferecia. Deus lhe parecia um juiz severo, como antes tinham sido seus pais e seus professores, que, no juízo final, lhe pediria contas de todas as suas ações e o acharia faltoso. Era necessário, portanto, valer-se de todos os recursos da Igreja para estar salvo.

Lutero se esforçou para ser um monge perfeito. Repetidamente se autoflagelava e confessava-se frequentemente. Por causa de suas dúvidas, seu confessor ordenou que ele se preparasse para dirigir cursos sobre as Escrituras na Universidade de Wittenberg.

Em 1512, obteve doutorado em teologia. Ao preparar conferências sobre a Bíblia, foi quando começou a ver nela uma possível resposta para suas angústias espirituais. Em 1513, começou a dar aulas sobre os Salmos. Lutero interpretava-os

Cristologicamente. Nos Salmos, era Cristo quem falava, e assim, viu Cristo passando pelas angústias semelhantes às que passava.

No ano de 1515, começou a dar conferências sobre a epístola aos Romanos. Foi no primeiro capítulo onde encontrou resposta para suas dificuldades: "**O justo viverá pela fé**". Em Romanos, também leu: "a justiça de Deus se revela no evangelho" (Romanos 1.17) e concluiu que, tanto a fé como a justificação do pecador, são obras de Deus, e dom gratuito.

Lutero não pretendia ocasionar controvérsia alguma quando compôs suas teses que deviam servir para um debate acadêmico. Nelas, Lutero atacava vários dos principais fundamentos da teologia Escolástica e esperava grande repercussão. Para sua surpresa, somente lhe deram atenção os círculos acadêmicos da universidade. Lutero pensou que suas novas teses não teriam mais impacto do que aquele produzido nos círculos acadêmicos. Porém, ao mesmo tempo, essas 95 teses, escritas acaloradamente com um sentimento de indignação profunda, eram muito mais devastadoras que as anteriores, porque punham o dedo sobre a chaga do ressentimento alemão contra os exploradores estrangeiros. E, além do mais, ao atacar concretamente a verdade sobre as indulgências, punha em perigo os projetos dos poderosos, como a casa Hohenzollern e do Papa Leão X, um dos piores papas daquela época. Parte do dinheiro arrecadado era para o término da Basílica de São Pedro.

Lutero condenava as indulgências e dizia que eram nulas para o efeito de remover a culpa ou afetar a situação das almas no purgatório, e que o cristão arrependido tinha o seu perdão vindo diretamente de Deus, sem a intervenção das indulgências. Negava o pretenso poder da igreja de ser mediadora entre o homem e Deus.

Lutero fixou suas teses na porta do Castelo de Wittenberg no dia da festa de Todos os Santos. Seu impacto foi tão grande que o dia 31 de outubro de 1517 foi considerado o começo da reforma protestante.

Quem se encarregou da venda de indulgências na Alemanha Central foi Tetzel, que foi expulso do país ao começar a revolta contra Roma. Em 1520, o papa, por meio de uma bula, condenou Lutero e intimou-o a se retratar sob a pena de ser considerado herege. Lutero queimou a bula papal em praça pública, sendo excomungado e devendo se submeter a um tribunal secular.

Carlos V convocou, então, uma assembleia – a Dieta de Worms – para julgar Lutero. Negando-se a se retratar, Lutero foi considerado herege, mas, por contar com o apoio da nobreza, não foi punido. Refugiado no Castelo de Wartburg, sob a proteção do príncipe da Saxônia, Lutero traduziu a Bíblia do latim para o alemão, tornando-se o primeiro documento escrito em língua alemã moderna.

Em 1525 Lutero contraiu matrimônio com Catarina de Bora, que antes tinha sido freira e tornou-se uma esposa admirável.

As ideias luteranas influenciaram várias revoltas:

- a) "Cavaleiros" – pequenos nobres empobrecidos que sonhavam com uma Alemanha unida. Essa rebelião foi esmagada pelos exércitos dos arcebispos e dos nobres mais ricos.
- b) "Revolta camponesa dos anabatistas" – pregava uma luta contra a nobreza e o clero perverso. Passados alguns meses, o movimento caiu sob o domínio do radical Tomás Münzer. Em 1525, os camponeses desencaminhados começaram a saquear e incendiar mosteiros, castelos e até a assassinar alguns adversários. Lutero condenou violentamente a ação desses camponeses. Mais tarde, convencidos da inutilidade da violência, abandonaram os dogmas fanáticos de seus chefes retornando ao quietismo religioso de antes. Renunciaram ao próprio nome e aderiram aos "menonitas" fundada por Menno Sinions; outros fugiram para a Inglaterra onde se tornaram os antepassados dos Quakers.

Em 1529, devido à expansão das ideias reformistas, Carlos V convocou nova Assembleia, a "Dieta de Spira", que decidiu tolerar a doutrina Luterana nas regiões convertidas, mantendo, porém, a proibição no restante do país. Os luteranos protestaram contra essas medidas, sendo chamados, a partir de então, "**protestantes**".

No ano de 1530, Lutero e seu braço direito, o teólogo Felipe Melanchton, escreveram a "Confissão de Augsburg", fundamentando a doutrina protestante que se baseava nos seguintes pontos:

- Escrituras Sagradas como único dogma da religião.
- Fé como única fonte de salvação.
- Negação da transubstanciação (transformação do pão e vinho em corpo e sangue de Cristo) e aceitação da consubstanciação, com pão e vinho abençoados, obtém-se a presença divina.
- Supressão do clero regular, do celibato e das imagens.
- Livre interpretação da Bíblia.
- Substituição do latim nos cultos religiosos pelo alemão.
- Submissão da Igreja ao Estado.
- Manutenção de apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia.

1.4 A Reforma na Suíça – ZWUINGLIO

A Suíça, região de prospero comércio, independente, iniciou a Reforma Protestante com Ulrich Zwingli ou Ulrico Zuínglio (1484-1531). Zwingli começou a carreira eclesiástica em Claris. Foi capelão das tropas suíças na Itália, pregador em Einsiedlen

e em Zurique (1518). Foi também humanista. Converteu Zurique e os Cantões vizinhos – Berna e Bale. Realizou esforços no sentido de construir um Estado Cristão. Suas pregações resultaram numa violenta guerra civil (1529 a 1531) entre os reformadores católicos, na qual ele morreu. A Paz de Kappel veio pôr fim à guerra; daria autonomia religiosa a cada região administrativa (cantão) do país.

1.5 A Reforma na França – JOÃO CALVINO

Francisco I e sua irmã Margarida d'Angolême aderiram ao humanismo e, por isso, apoiaram a obra dos reformadores da Igreja. Contudo, as ideias luteranas começaram a penetrar na França. Foram condenadas pela Sorbone em 1521.

A 18 de outubro de 1534 houve a "provocação dos cartazes". Em Paris, Orleans, Blois e até na Câmara Real foram colocados cartazes criticando a missa. Francisco I determinou o castigo dos luteranos e alguns foram queimados.

Nesse contexto, surgiu Calvino como advogado dos reformados perseguidos. Calvino nasceu em Nyon em 1509, na França, e morreu em Genebra no ano de 1564. Seu pai pertencia a classe média da cidade e trabalhava como secretário do bispo e procurador da biblioteca da catedral. A mãe morreu e o pai o confiara aos cuidados de um amigo aristocrata. Ao atingir o nível de instrução superior, Calvino foi enviado à universidade de Paris. Mais tarde foi estudar direito em Orleans. Ali sofreu a influência dos amigos de Lutero. Em 1534, quando o governo começou a atacar as pessoas de fé vacilante, Calvino fugiu para a Suíça, onde estabeleceu-se na cidade protestante de Basileia e depois mudou-se para Genebra a convite de Farrel.

Calvino sentia-se chamado a dedicar-se ao estudo e às obras literárias. Seu principal projeto foi escrever um breve resumo da fé cristã, do ponto de vista protestante, ao qual deu o título de "Institutas da Religião Cristã". Suas ideias se assemelhavam às de Agostinho, mais do que qualquer outro teólogo. Concebia o universo sob a dependência absoluta da vontade de Deus onipotente que criou todas as coisas para sua maior glória.

Em Genebra, Calvino começou a pregar e a arregimentar os seus adeptos de tal forma que, em 1541, tanto o governo como a religião, tinham caído completamente sob seu domínio.

Calvino organizou a igreja em termos de fiéis: pastores (dirigentes do culto) e um conselho de anciãos (grupo de fiéis idosos) que orientavam a prática religiosa. A autoridade suprema de Genebra era exercida pela congregação do clero, que preparava todas as leis e as submetia a aprovação do Consistório (órgão composto pelos doze anciãos eleitos por um Conselho Municipal) e três sacerdotes. O Consistório regulava detalhadamente como deveria se comportar cada cidadão.

Calvino restabeleceu o dia de Graças dos judeus, apontado no Antigo Testamento. Como Lutero, admitia apenas dois Sacramentos: batismo e eucaristia e condenava a adoração de imagens. O culto era mais simples que o luterano: resumia-se simplesmente ao comentário sobre a Bíblia, eliminando as cerimônias pomposas e a grandiosidade dos templos. Na Eucaristia, Cristo se encontrava presente apenas espiritualmente.

Calvino estimulou o lucro e o trabalho, o que favoreceu a burguesia. Ele é apontado como teólogo do capitalismo. Sem dúvida ele santificou os empreendimentos dos comerciantes. Os juros não podiam ultrapassar os 5%. Desenvolveu a cultura abrindo colégios, inclusive para o sexo feminino (inédito até então). Preocupou-se com a saúde e a medicina social, através da criação de hospitais. Criou um policiamento e tomou medidas para prevenir os incêndios.

Fundou uma indústria de tecelagem para empregar a população mais pobre e os refugiados que vinham de outros lugares.

O Calvinismo opôs-se ao Absolutismo, concorrendo para a formação de regimes parlamentares e republicanos.

1.5.1 Expansão do Calvinismo

A popularidade do Calvinismo não se limitou à Suíça. Expandiu-se pela maior parte dos países da Europa Ocidental.

- a) Boêmia (Checoslováquia) e na Polônia – superou o luteranismo.
- b) Países Baixos – foi implantado a partir de 1540 e se transformou num dos instrumentos utilizados pelo partido nacional na luta contra os espanhóis católicos.
- c) Escócia – através da atuação de John Knox, que se formou na Academia de Genebra, o calvinismo se organizou na forma de Igreja Presbiteriana.

1.6 A Reforma na Inglaterra – O ANGLICANISMO

Na Inglaterra, a Reforma foi bastante original. Embora houvesse motivos religiosos para um descontentamento popular e, embora o espírito humanista tivesse se desenvolvido também aí, o movimento reformista teve caráter acentuadamente político.

Na Inglaterra, como na França, devido ao absolutismo imposto pelos Tudor, a Reforma estava nas mãos do rei. A igreja inglesa, entretanto, não gozava da mesma autonomia que a francesa. A Santa Sé impunha pesados impostos (anatas) e o clero

possuía extensos domínios, gerindo com excessivo rigor. Havia, pois, um forte sentimento anti-papal, usado por variados interesses políticos.

Henrique VIII, rei da Inglaterra, no começo foi contra a Reforma, mas, depois voltou-se contra Roma, provocando um cisma por motivos alheios à religião. Casado com Catarina de Aragão (filha dos reis da Espanha), apaixonou-se por Ana Bolena. Solicitou ao Papa a anulação do casamento e não foi atendido. Por isso, fez-se proclamar pelo Parlamento, em 1531, defensor da igreja inglesa. Foi reconhecido pelo clero como chefe religioso. Fez com que o arcebispo de Canterbury anulasse seu casamento e casou-se com Ana Bolena. Em 1534, o Parlamento votou o primeiro "Ato de Supremacia" que transformava Henrique VIII no chefe supremo da Igreja da Inglaterra.

O clero secular foi suprimido; seus bens entregues à Coroa e vendidos. O rei passou a nomear os bispos. Nada foi mudado na doutrina nem no culto; passaram a ser perseguidos tanto os católicos quanto os protestantes.

Os sucessores de Henrique VIII tentaram, primeiro transformar a Inglaterra num país calvinista, depois fazê-la voltar ao catolicismo. Só mais tarde, sob o reinado da rainha Elizabeth I (1558-1603), estabeleceu-se definitivamente a Reforma Anglicana na Inglaterra. Completou-se o livro de Orações comum a todos os fiéis e houve uma aproximação às ideias calvinistas: salvação pela fé, apoio nas Sagradas Escrituras, presença espiritual de Cristo na Eucaristia e permissão para o casamento de padres.

1.7 Conclusão

O protestantismo não significou simplesmente a instituição de novas e numerosas igrejas. Ele implantou um novo credo religioso, uma nova maneira de considerar a economia e as atividades comerciais lucrativas, novas atitudes no campo social e político.

2. A CONTRA REFORMA OU REFORMA CATÓLICA

Várias foram as iniciativas tomadas pelos católicos para fazer frente à Reforma. Novas ideias religiosas surgiram e a espiritualidade foi renovada pelos místicos Santa Teresa d'Avila e São João da Cruz.

Os principais instrumentos da reforma da Igreja Católica, no entanto, foram o Concílio de Trento e os padres jesuítas, cuja ordem foi fundada nessa época. Graças a sua ação, a autoridade do Papa foi reforçada, a doutrina tradicional mantida e os protestantes perseguidos.

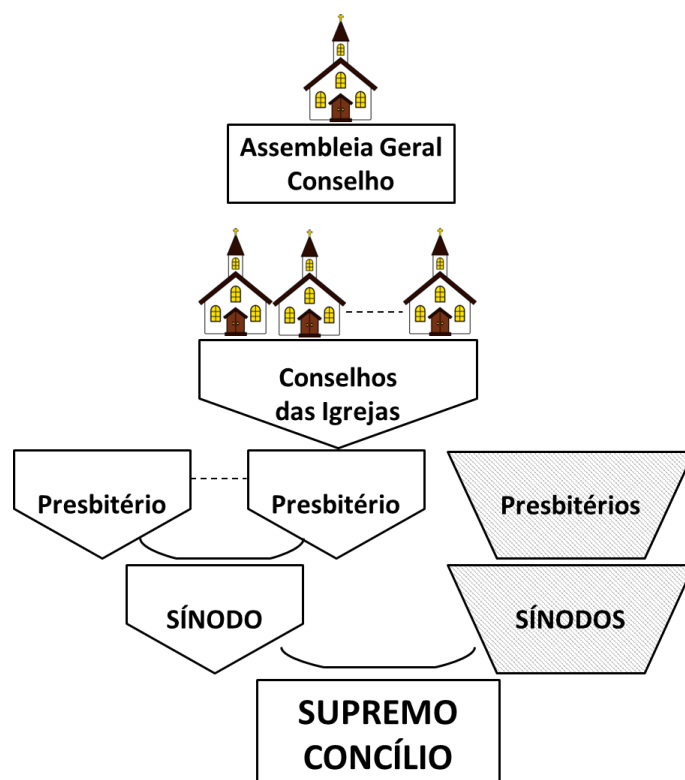
O Concílio tomou, também, medidas reformistas: organizou a Congregação do Index, para censurar os livros contrários à doutrina católica; restaurou a Inquisição (Santo Ofício), antigo tribunal medieval espanhol, ativamente apoiado na Coroa. Seus julgamentos eram secretos e abrangiam os casos de heresia e outros crimes graves contra a fé católica. Embora nominalmente um tribunal religioso, sua ação tinha uma inequívoca dimensão política, visto que na Espanha o Estado e a Igreja estavam intimamente ligados e se sustentavam mutuamente. A luta pela unidade da fé católica era essencial à unidade do Império. Os tribunais da Inquisição tinham representantes em todos os países.

Duas figuras, que mais se destacaram nessa luta, foram São Carlos Borromeu e Inácio de Loyola, fundador da milícia Jesuíta (Companhia de Jesus). Esta companhia lançou mão do instrumento educativo para contrabalançar o esforço dos reformadores protestantes, ao qual se opuseram ferozmente. Como soldados da fé tinham um devotamento absoluto ao chefe da Igreja. Dotados de grande cultura os jesuítas destacaram-se como humanistas, e, no campo das ciências exatas.

Com a Inquisição, impediu-se que a Reforma Protestante se difundisse pelos países não atingidos pela Reforma: Espanha, Portugal e suas colônias.

Graças a essas providências, a Igreja Católica logo recuperou sua influência.

3. ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL



3.1 O que é a igreja?

A palavra Igreja tem uma origem comum e secular e significa CONVOCAR PARA OUVIR UMA MENSAGEM. Nas cidades da Grécia, havia uma certa democracia, e os cidadãos podiam participar no governo da cidade. No dia da reunião, um mensageiro convocava os cidadãos. As pessoas que queriam e atendiam a convocação eram chamadas ASSEMBLEIA ou IGREJA.

A Bíblia emprega a mesma palavra para designar uma comunidade cristã, tendo, porém, significação mais profunda. Podemos dizer que a igreja consta daquelas pessoas que ouvem e atendem à convocação divina. Pessoas que se separam dos demais interesses a fim de ouvir a mensagem divina e participar dos propósitos de Deus. É, portanto, uma comunidade que tem a Cristo como o seu Rei e Cabeça (Ef. 1.22, 23), a que Cristo salvou, em quem ele habita, a quem e por meio de quem revela a vontade de Deus.

A igreja nasceu no dia do Pentecostes pela ação de Jesus, enviando sobre aquela “assembleia ou grupo de pessoas chamadas para fora (do mundo) – no grego, *ekklesia*: *Ek* + *Kaléo* (Jo 17.14; Fp 3.20; 1Pe 2.13)”, seu alter-ego (outro igual), o Espírito Santo. Portanto, Jesus é o fundamento e o cabeça da igreja.

3.2 O Presbiterianismo no Brasil

Houve, de fato, duas tentativas antes que o presbiterianismo pudesse fixar-se definitivamente no Brasil. A primeira foi em 1555, pelos franceses. A segunda tentativa foi feita pelos holandeses durante o seu domínio no Brasil (1624-1654).

O presbiterianismo foi implantado definitivamente no Brasil em 1859 pelo Rev. Ashbel Green Simonton, missionário americano. Hoje, a Igreja Presbiteriana do Brasil constitui uma força evangelizadora notável, sendo grande o seu progresso.

3.3 A Igreja Presbiteriana do Brasil

Pode ser definida como uma federação de Igrejas Locais, que adota como única e infalível regra de fé e prática as Escrituras Sagradas e como sistema expositivo de doutrina e prática a Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos Maior e Menor (ou Breve Catecismo) – os Símbolos de Fé.

A Igreja Presbiteriana do Brasil não tem cabeça visível. Esta posição pertence exclusivamente a Jesus Cristo (Ef 1.22; Cl 1.18), Contudo, reconhecemos que a igreja precisa de uma forma visível de ordem e de governo, cujos elementos fundamentais sejam bíblicos.

A forma de governo adotada na IPB é a representativa, ou seja, é o governo do povo por meio de representantes por ele escolhidos.

A Igreja exerce as suas funções na esfera da doutrina, governo e beneficência mediante oficiais que se classificam em:

- Ministros do Evangelho ou presbíteros docentes ou pastores;
- Presbíteros regentes;
- Diáconos.

O governo não é exercido individualmente, mas, coletivamente por meio de Concílios ou Tribunais.

Existe uma escala ascendente de autoridade começando pela Assembleia Geral da Igreja Local, Conselho da Igreja Local, Presbitério, Sínodo e Supremo Concílio, que é a autoridade máxima da Igreja Nacional. Note-se, pois, que não existe no Sistema Presbiteriano hierarquia de indivíduos (individualmente a autoridade reside sempre no presbítero). A hierarquia é de Concílios, ou seja; CONSELHO, PRESBITÉRIO, SÍNODO, SUPREMO CONCÍLIO (que equivale a uma Assembleia Nacional de Presbíteros Docentes e Regentes).

3.4 A Igreja Local

É a igreja visível de um determinado lugar. São três os aspectos de governo da Igreja Local:

- a) **Assembleia Geral** – Composta por todos os membros comungantes da Igreja Local.
- b) **Conselho da Igreja** – Composto pelo pastor (e ou pastores) e os presbíteros, eleitos pela Assembleia Geral.
- c) **Junta Diaconal** – Composta pelos diáconos eleitos pela Assembleia Geral.

Efetivamente o governo da Igreja Local é exercido pelo seu Conselho, que é um órgão representativo (democracia representativa). Reconhecemos duas funções no presbiterato:

- a) Presbíteros Docentes - Os pastores, que são Ministros do Evangelho, comissionados para pregar o Evangelho, administrar os sacramentos e governar (1Tm 5.17). Os Ministros, depois de examinados e aprovados são ordenados pelos presbitérios. Eles não são membros da Igreja, mas do Presbitério.
- b) Presbíteros Regentes - São os presbíteros propriamente ditos. É o representante imediato do povo, por ele eleito e ordenado pelo Conselho. Ao presbítero regente compete, juntamente com o pastor, exercer o governo, a disciplina e a

superintendência da Igreja Local. O presbítero regente e o presbítero docente têm a mesma autoridade nos Concílios da IPB. Todos os aspectos administrativos da Igreja Local, o recebimento de novos membros comungantes, dentre outros, são de responsabilidade do Conselho.

O embrião do diaconato foi instituído no início da Igreja Cristã (At 6.1-7). O diácono é o oficial eleito pela Igreja e ordenado pelo Conselho. A estes compete cuidar da ordem no culto e da ação social. Presbíteros e diáconos devem ter uma vida irrepreensível e experimentada na fé cristã.

A Assembleia Geral – dentre outras responsabilidades cabe à Assembleia Geral eleger os oficiais da Igreja Local - Pastores, Presbíteros e Diáconos, bem como ouvir relatórios do Conselho, aprovar estatutos e pronunciar-se sobre compra e venda de imóveis, dentre outros.

Reconhecendo e respeitando as autoridades constituídas, quando nos tornamos membros da Igreja, prometemos sujeitar-nos a elas enquanto forem fiéis às Sagradas Escrituras.

3.5 Os Concílios

Apesar das nomenclaturas distintas os Concílios são formados por presbíteros docentes e regentes.

CONSELHO - O Conselho de uma Igreja Local é formado pelo pastor(es) e presbíteros regentes, com jurisdição sobre os membros dela.

PRESBITÉRIO - O presbitério tem a jurisdição sobre certo número de igrejas locais e se compõe dos pastores e de um presbítero representante de cada igreja de sua jurisdição, para isso eleitos pelo Conselho.

SÍNODO - O Sínodo tem a jurisdição sobre alguns presbitérios (três no mínimo) e se compõe dos pastores e presbíteros eleitos pelos presbitérios de sua jurisdição.

SUPREMO CONCÍLIO - O Supremo Concílio é composto de pastores e presbíteros representantes de cada presbitério existente em todo o território nacional. Os presidentes de cada Sínodo são uma parte da Comissão Executiva do Supremo Concílio.

3.6 Conclusão

O governo e os concílios da Igreja nacional são uma estrutura em coordenação, resultando numa atividade eclesial fraterna para melhor expansão do Evangelho sobre a face da terra.

BIBLIOGRAFIA

- História da Igreja Cristã – W. Walker
- Documentos da Igreja Cristã
- Apostila da Semana Calvinista – IPRJ
- História Ilustrada do Cristianismo Vol. VI (A Era dos Reformadores)
- Manual dos Catecúmenos – Rev. Ludgero Braga
- Manual Presbiteriano
- Revista da E. D. "Popular" (2º Trimestre de 1989)



 **ESCOLA** 
BÍBLICA DOMINICAL

Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro

**Edição Revisada
JUL/2022**